

ENSAIO DE FERNANDO GIL E HELDER MACEDO

Viagem pelo Renascimento

MARGARIDA RIBEIRO E PAULO PEREIRA

«Estava eu assim de novo nestas complicações estóicas quando o Fernando Gil me veio desencantar com um projecto para repensarmos juntos as percepções do real e do imaginário na literatura quinhentista portuguesa, as relações da verdade que se dá como ficção e a ficção que se dá como verdade.» (Helder Macedo, *Partes de África*, Lisboa: Presença, 1991, p. 160)

Assim nos anuncia o narrador-autor de *Partes de África*, Helder Macedo, o projecto que, por desafio de Fernando Gil, iria resultar no inovador e estimulante volume de ensaios que compõem as *Viagens do Olhar — Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português* (Porto: Campo das Letras, 1998). Nele se trava um diálogo entre o olhar do praticante de filosofia e o olhar do praticante de literatura sobre a evidência do *claramente visto*, o novo, o encontro com a diferença e como a pensar, a viagem, a racionalidade, o amor, a crença e a profecia ou seja, os temas que nos dão conta da maneira como os autores do Renascimento lidaram com o clássico tópico da mutabilidade que o Renascimento europeu e português, em particular, redimensionou e de que a obra de Camões é expressão aglutinadora. Nela os autores encontram a convergência e a interligação das vertentes temáticas e semânticas do Renascimento numa perspectiva épica que soube combinar não só «todos os géneros literários então cultivados — poesia pastoril, crónicas, romance de cavalaria, narrativas de viagem» (p.10), mas também história e mito, viagem e fundação, racionalidade e profecia, verdade e ficção, dúvida e certeza, numa forma única de gerir a tensão entre as coisas que existem mas que não são cridas e das coisas cridas que não existem», magnificamente explorada por Helder Macedo em «A Poética da Verdade d' *Os Lusíadas*», um dos ensaios mais inovadores e inquietantes deste livro. Por isso, esta viagem começa com um olhar sobre a obra do grande épico — «O efeito-Lusíadas» e «Viagens do Olhar: os mares d' *Os Lusíadas*», de Fernando Gil e, como já referimos, «A Poética da Verdade d' *Os Lusíadas*», por Helder Macedo.

No entanto, e cronologicamente falando, os limites temporais deste diálogo situam-se entre Fernando Lopes e Vieira ou, por outras palavras, entre uma concepção de «história como profecia» — como Helder Macedo desenvolve em «Fernão Lopes a Séima Idade e os Príncipes de Avis» — e de uma visualização da «profecia como história» — como conclui Fernando Gil em «A prova da profecia: a cópia antes do original» sobre Padre António Vieira. Desta forma se assinala o começo e o fim de um ciclo em que retrospecção, visão e profecia (passado, presente e futuro) parecem equilibrar-se, «como num quiasmo, em ordem inversa», se pensarmos que a este período temporal correspondem duas crises dinâmicas semelhantes e de soluções opostas. Entre elas situa-se o Renascimento Português e no seu centro *Os Lusíadas* cuja leitura em termos de linhas de pensamento fundamentais deste livro — como as ideias de fundação, nacionalidade e viagem, a via de racionalidade que caracteriza o Renascimento

português, o equilíbrio entre o género pastoril e épico como imagem de um mundo em mutação e das ansiedades daí decorrentes — é iluminada com os estudos sobre Fernão Lopes, D. Duarte e D. Pedro e as crónicas da expansão portuguesa, onde o olhar camoniano sobre estas problemáticas já claramente se insinua.

A epopeia camoniana situada, segundo as palavras de Helder Macedo, no hiato da história entre o passado celebrado e o futuro desejado, vem preencher o presente esvaziado que «passa lento» com o «novo atrevimento» que é o próprio poema, investido de uma qualidade equivalente à desse outro «atrevimento» que foi a aventura histórica nele celebrado. Deste modo a epopeia camoniana constitui-se como uma épica fundadora, tópico aliás originalmente explorado nos ensaios de Fernando Gil. A

questões levantadas nestas releituras da obra central do Renascimento português perpassam e orientam as leituras feitas nos ensaios dedicados a Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro, à lírica camoniana, aos escritores de império, como Fernão Álvares do Oriente e Gaspar Frutuoso, e a todos os outros nomes da cultura portuguesa renascentista, que este livro nos estimula e convida a repensar.

«Toda a linguagem é feita de passados e não de futuros, até quando os prevê» (p.203). Como, de modo pertinente, argumenta Helder Macedo, em Fernando Lopes a profecia conexas-se dialecticamente com a linguagem do devir histórico — trata-se de uma *profecia in factis* ou «profecia em acção», (p.151) — desvelando, por meio da evidência material do facto, a sua natureza providencial. Perspectiva-

centrada, entre outras, nas questões da guerra justa e da cruzada contra o infiel, da natureza providencial do descobrimento, das navegações como chave de reinterpretação do sentido da história, do conceito de império e das vozes dissidentes e impasses no tocante à política ultramarina, permite concluir que, nestas obras, convive «a exultação da conquista do espaço desconhecido, as mágoas e as incertezas da obra de expansão e as aspirações e temores de um futuro visionado em profecias...» (p.198)

N a mesma linha de «afirmação da integridade do «entendimento» contra as obscuras irracionalidades manifestadas pelo alienador «encanamento», a poesia de Sá de Miranda, no estudo que Helder Macedo lhe consagra, demonstra como o confronto com a mutabilidade, nos planos individual e histórico, implica a solução poética consubstanciada na temática pastoril. Enquanto «imperativo ético», a mundividência bucólica mirandina assume uma tonalidade doutrinal porque procede à metaforização da harmonia perene e permanente da razão em face da contingência da linearidade histórica. Assim se compreende que a centralidade do motivo do encantamento (nas suas vertentes de légo, triste ou falso visionarismo) no âmbito do código poético de Sá de Miranda transcenda a estrita vivência da alucinação amorosa e se transmude, por exemplo na *écloga Basto*, em signo de degenerescência social. Por seu turno, Fernando Gil em «As invidências do eu», analisa de forma muito inovadora o modo como a distorção das estruturas da temporalidade, patente na poética mirandina, se articula com a «modalidade melancólica da experiência» (expressa na sintomatologia da perda e da loucura) de que o autor constitui o paradigma.

A fértil complementaridade de modos de ler manifesta-se, com especial clareza, nos estudos que os autores dedicam a Bernardim Ribeiro. Em «Modos de amor ausentes», Fernando Gil parte da literalidade intrínseca do texto — «Que o livro há-de ser do que vai escrito nele» — para esclarecer os seus protocolos de leitura e programa de escrita, destacando-se a aparente desagregação diégetica, o exorcismo da dor pelo acto da escrita e os temas aglutinadores da fatalidade, do exílio e, naturalmente, do amor. Em «As obscuras transparências de Bernardim Ribeiro», Helder Macedo examina a propensão duplicadora da novela que se manifesta tanto na proliferação de níveis narrativos (e, em particular, na estratégia de *mise en abyme*), como na função simbólica e especular do universo natural que mimetiza (ou anuncia metonimicamente) o destino individual das personagens. Este processo adquire expressão exemplar no sistema de correspondências que se estabelece entre a instância autoral e o seu prolongamento plurivocal nos eus ficcionais. Bernardim Ribeiro «reverteu» o sujeito e o objecto do discurso», multiplicando-se «na funcionalidade narrativa dos outros eus narrativos que o seu discurso incorpora» (p.330). A retórica do profético, por outro lado, acusa um deslocamento da «precedência para a incidência», isto é, mais do que predizer intenta sondar o universo pulsional inconsciente das personagens, transpondo o carácter cifrado do dis-



Pelo itinerário de leitura renovada que propõe através de um fecundo diálogo interdisciplinar, *Viagens do Olhar — Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português* constitui, sem dúvida, um momento cimeiro do ensaísmo e uma obra essencial para repensarmos a dimensão da cultura portuguesa do Renascimento.

articulação semântica entre o épico e o pastoril no discurso épico, a introdução do sentido da dúvida moderna no discurso da epopeia, bem como o uso retórico dos deuses e da profecia ou mesmo o uso poético do irracional «como instrumento poético de veracidade» (p. 121) em favor da exaltação do engenho humano, são alguns dos pontos analisados nestas interessantíssimas leituras de *Os Lusíadas* que nos permitem concluir que Camões, utilizando a profecia, mas dessacralizando-a ao transportá-la do plano divino para o mundo da linguagem do entendimento humano, estava a reconhecer um outro tipo de saber e, ao fazê-lo, a instituí-lo como válido.

Como argumenta Helder Macedo a promessa contida na «visão pastoril da Ilha do amor» não é uma retrospecção mítica, mas antes, «uma projecção histórica que coloca a Idade de Ouro num futuro alcançável no tempo da História», e como tal susceptível de ainda vir a ser o «prémio merecido» dos heróis futuros que concedam «favor ao novo atrevimento» redimindo assim o presente caído «numa austera, apagada e vil tristeza». (p. 132). Ao caracterizar a nova Idade de Ouro como «um propósito moral e político alcançável no tempo linear» (p.134) Camões estava claramente a dar expressão a uma nova concepção da história, em que o passado «é o espelho crítico de um presente em busca do seu próprio futuro» (p. 134) e não a imagem de um tempo ideal que se ambiciona restaurar no futuro; perspectiva que aliás em breve dominaria a consciência nacional portuguesa. Todas estas

de enquanto projecto narrativo investido de inequívoca função legitimadora, a tetralogia de Fernão Lopes encontra à sua ancoragem político-doutrinária no conceito agregador de justiça, introduzido no prólogo da *Crónica de D. Pedro* e objecto de significativas reverberações ao longo das crónicas. A adopção do registo profético ou da revelação visionária, verificável, por exemplo, no sonho alegórico de D. Pedro ou na figura de Frei João da Barrôca preenche uma função essencialmente retórica, no sentido de que prescientifica e prefigura a factividade da história. Se à linearidade da história compete corroborar a profecia, o *ethos* historiográfico parece já anunciar a «forte via racional» que caracteriza o Renascimento português, ocorrendo-se da gramática do fantástico enquanto «representação só retoricamente profética» (p.160). Em D. Duarte, verdadeiro «elo filosófico entre os dois grandes escritores épicos da língua portuguesa», a indagação analítica e o ceticismo experiencial legitimado relativamente às revelações oníricas e às limitações do pensamento analógico de matriz medieval asseveram o primado da faculdade do entendimento sobre o dogmatismo da crença e da superstição.

O ensaio da responsabilidade de Luís de Sousa Rebelo — «As crónicas portuguesas do século XVII» — tomando como termo *a quo* a tomada de Ceuta em 1415, reconstrói uma verdadeira fenomenologia da visão do outro e da história a partir dos testemunhos de Zarara e dos cronistas portugueses da Ásia de Quinhentos: Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Diogo de Couto e Gaspar Correia. O itinerário de leitura,

curso onírico, ou visionário para a transparência do mundo narrado. Influenciada por uma cultura cristã-nova, a obra de Bernardim Ribeiro anuncia a fortuna futura deste diálogo judaico-cristão, nomeadamente na génese e consolidação do mito sebastico; «convergência de vários irracionalismos proféticos de diversas origens» que «marca efectivamente o fim do que havia sido uma forte via racional no contexto do Renascimento português». (p.364)

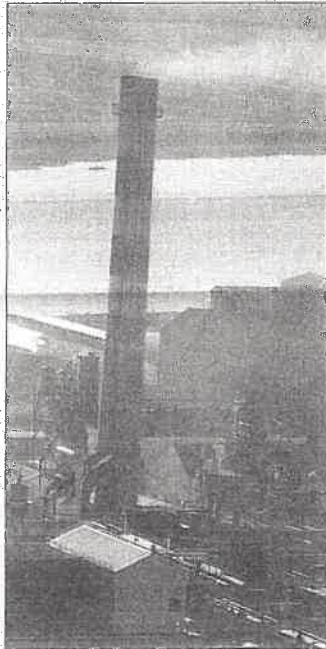
Em «Nacionalismo e Pastoralismo», Helder Macedo analisa a latente relação semântica entre o pastoril (tradicionalmente anti-imperial) e o profético, presente em autores como Camões em *Os Lusíadas*, ao integrar na épica a palinódia pastoril na fala do Velho do Restelo, Sá de Miranda ou Bernardim Ribeiro, e sobretudo o modo como esta relação evoluiu para uma complexa expressão literária nalguirias obras de pastoralismo nacionalista que precederam o nacionalismo profético de Vieira. Exemplos pouco estudados, mas muito pertinentemente escolhidos desta metamorfose do género pastoril são as obras de Gaspar Frutuoso e de Fernão Álvares do Oriente, respectivamente *Saudades da Terra de e Lusitânia Transformada*, que como brilhantemente demonstrou Helder Macedo assumem como paradigma pastoril a restaurar não a mítica Idade do Ouro do Velho do Restelo, mas a recente «Idade imperial». Escritas de melancólicos exílios pastoris imperiais sobre o impacto da perda da independência em 1580, em ambas as obras «a temática do exílio tornou-se metafórica da nacionalidade perdida; e ambas transferem o centro da nação imperial portuguesa para a periferia, representando nesse império sem centro o reflexo especular da nação esvaziada» (p.396). Se, com efeito, o profético se conjugava com o pastoril na proposta de restauração de uma idade mítica no tempo da história, ele assume, nestes discursos, os contornos de uma fundação sobre um vazio, que abre as portas para o visionarismo de Vieira, permitindo-nos ver estas obras como originalíssimas antemããs da sebastiana *História do Futuro* de Padre António Vieira.

Em «A prova da profecia: a cópia antes do original» — um dos textos que terá sido o núcleo conceptual de onde *Viagens do Olhar* emergiu — Fernando Gil explica-nos de modo surpreendente e admirável que o discurso de Vieira, apesar de não muito original nos conteúdos que profetiza para Portugal, se torna verosímil pela estrutura conceptual em que a sua profecia é elaborada. Por isso, a busca filosófica empreendida por Fernando Gil é feita no sentido de apreender a lógica da profecia de Vieira, demonstrando-nos que a estrutura da profecia parte de evidências discursivas sobre as quais são elaborados raciocínios discursivamente lógicos — silogismos — que, desta forma, se metamorfoseiam em dados evidentes tomando aquilo que seria do domínio do especulatório (no campo intelectual-discursivo) ou da alucinação (no campo dos sentidos) — a profecia — em algo do domínio de novo da percepção, permitindo-nos assim visualizar o futuro (profetizar), pois a profecia tornou-se susceptível de prova. O futuro é o que se vê no presente tomando-se assim credível. O paradoxo de fazer a história do futuro, momento ideal em que retrospectão, visão e profecia se fundem num só tempo. A profecia torna-se história, obtendo-se «a cópia antes do original», que mais não é do que o «retrato da cópia» de que já não há original» (p.396). Pelo itinerário de leitura renovada que propõe através de um fecundo diálogo interdisciplinar, *Viagens do Olhar — Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português* constitui, sem dúvida, um momento cimeiro do ensaísmo e uma obra essencial para repensarmos a dimensão da cultura portuguesa do Renascimento.

ECOLOGIA

Os erros da co-incineração

Pela terceira vez, desde 1987, o país assiste à tentativa de instalação de um sistema de tratamento de resíduos industriais perigosos. E pela terceira vez consecutiva o processo parece estar condenado à crispação e ao fracasso. Para tentar explicar os motivos de tantos insucessos acumulados não basta recorrer ao tão apregoado síndrome do NIMBY (*not in my backyard*). As razões para isso são bastante mais profundas e complexas. Preendem-se, essencialmente, com uma concepção de estratégia política falha de ousadia e repleta de



omissões. No domínio cada vez mais complexo do ambiente, onde as componentes científicas e técnicas não dispensam o entrosamento com a esfera volátil da incerteza política, cada iniciativa de envergadura estratégica deve obedecer a um planeamento cuidado e rigoroso. Nesta candente questão dos resíduos industriais perigosos não bastava possuir a informação suficiente sobre a bondade da metodologia da co-incineração, que parece efectivamente ser a menos má de todas as opções actualmente existentes. Era preciso mais. No essencial julgo serem quatro os momentos fundamentais a respeitar num processo com estas características, precisamente, os que faltaram no desenhar desta proposta da co-incineração:

- O esclarecimento dos intervenientes envolvidos sobre as vantagens e os riscos.
- O envolvimento dos principais actores.
- Uma articulação entre a fase do tratamento dos resíduos e as restantes e fundamentais etapas de uma estratégia integrada para os resíduos industriais.
- A coerência entre a política de resíduos e

todas as outras componentes de uma moderna política de ambiente.

1. Em vez do esclarecimento, a abordagem privilegiou a tranquilização a todo o custo das populações das áreas das quatro cimenteiras que constituem o universo de onde, alegadamente, serão escolhidas duas. O resultado traduziu-se no aumento da desconfiança, pois a literatura e a experiência internacionais — cuja riqueza contrasta com a nossa inexperiência e com a fragilidade dos estudos de impacto ambiental entretanto efectuados — alertam para a presença de riscos residuais significativos, como é o caso da produção de dioxinas e metais pesados. O mais correcto teria sido comparar os riscos eventuais da co-incineração com os riscos reais da caótica situação actual, cujos contornos de gravidade ultrapassam as nossas expectativas e o nosso conhecimento.

2. Ao contrário do que ocorreu com o bem sucedido PERSU (Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos), que pode ser considerado um dos pontos positivos da política ambiental deste governo, o processo da co-incineração não contou com o necessário e suficiente envolvimento dos principais protagonistas, nomeadamente, do mundo académico, da sociedade civil e das autarquias.

3. A co-incineração consiste, apenas, na etapa final de uma política de resíduos industriais. Ao ser apresentada antes de um completo registo dos resíduos, antes de um plano integrado que contemple

o objectivo essencial da redução da produção de resíduos perigosos, os responsáveis por esta iniciativa deram a entender que a co-incineração era a solução definitiva e permanente, em vez de uma componente articulada de um resposta global.

4. Ao integrar a cimenteira do Outão, contra a própria legislação orgânica desse, não importante e simbólico Parque Natural, no elenco das opções, os responsáveis políticos pelo processo da co-incineração deram um sinal de profunda incongruência em relação à necessidade de conceber a política de ambiente como um todo articulado e harmonioso. A opção pelo Outão não significaria somente a eternização da cimenteira do Outão, um dos flagelos daquela área protegida, como implicaria que seria o Governo o primeiro violador da lei e da letra da política de conservação da Natureza, que não pode ser posta em causa pela política de gestão de resíduos industriais.

Por tudo isso parece-me totalmente sensato o parecer do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que aponta para uma prudente reorientação estratégica, a única medida que poderá salvar este retorcido processo. A teimosia, neste caso, só ajudará a agravar os problemas e a aumentar o caos dos resíduos industriais perigosos dispersos pelo território nacional, como outras tantas ameaças ocultas.

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES



CENTRO NACIONAL DE CULTURA

EURO-ATELIER

Qual o futuro de Portugal numa Europa integrada?

Um espaço de debate permanente em forma de workshop com a duração de uma semana

5.º ATELIER: para GUIAS DE TURISMO

DE 4 a 7 de Janeiro de 1999

CENTRO NACIONAL DE CULTURA, LISBOA

Coordenação: Gabriela Carvalho

Animadores: José Miguel Júdice / Luís Mira Amaral* / Francisco Sarsfield Cabral / Cândida Soares / Ana Maria Braga da Cruz / Amável Santos / Maria Emilia Galvão* / Pedro Canavairo / Helena Torres Marques / António Cardoso e Cunha* / Helena Vaz da Silva

CENTRO NACIONAL DE CULTURA

Rua António Maria Cardoso, 68 - 1249-101 Lisboa * Tel. 01-346 67 22 * Fax 01-342 82 50 * E-mail: tt@cnc.pt * INTERNET: www.cnc.pt

APOIOS: COMISSÃO EUROPEIA e PARLAMENTO EUROPEU



PATROCÍNIOS

